

## PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Em outubro foram 246 casos no município

### Estelionato em Petrópolis cresce em outubro

De acordo com o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP), Petrópolis registrou 246 casos de estelionato em outubro deste ano. O índice chama a atenção, pois é o maior número registrado na série histórica do mês desde 2020, quando a contagem começou a ser realizada, superando 2023, quando foram registrados 226 casos. Nos

10 meses de 2025, foram 2.203 casos de estelionato registrados, superando os valores de todos os meses de 2020 e 2021. Os casos de estelionato também ultrapassaram a marca histórica nos meses de junho, maio e março deste ano com 229, 260 e 200 respectivamente. Em toda a série histórica, o município contabilizou 10.584 casos de estelionato.

#### Outras ocorrências

O mês de outubro de 2025 também bateu recorde de casos em outras ocorrências. Entre elas, o número de apreensões de drogas em Petrópolis. No mês de referência, foram 78 apreensões realizadas, superando o mesmo período de 2020, quando foram 77. As prões em flagrante

também aumentaram no período, com 99 registros, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP). Comparado ao mês anterior, o aumento é de 25,31%. Embora o município tenha recebido novamente o título de cidade mais segura do Rio, os índices indicam aumento da criminalidade.



Consumidores também pretendem quitar dívidas

### Metade do 13º salário vai para compras, indica pesquisa

O impacto do 13º salário no comércio de fim de ano será significativo, e a expectativa é de movimento aquecido nas lojas de Petrópolis. Uma pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise, divulgada nesta segunda (24), indica que

33,8 milhões de consumidores destinarão 50% do benefício para compras de presentes, comemorações de fim de ano e aquisição de produtos pessoais desejados. Em Petrópolis, são cerca de 100 mil consumidores recebendo o abono de final de ano. Em Petrópolis, a estimativa é de que cerca de 100 mil pessoas recebam o 13º salário.

#### Nomeação em casos de racismo

O Projeto de Lei que proíbe a nomeação de indivíduos condenados por injúria racial ou racismo para cargos na Administração Pública Municipal de Petrópolis, foi aprovado na Câmara Municipal. De acordo com a proposta, ficam impedidos de ocupar cargos efeti-

vos ou em comissão, na administração direta e indireta, indivíduos que tenham sido condenados, em decisão transitada em julgado, pelos crimes previstos no artigo 140, §3º, do Código Penal (injúria racial), ou pela Lei Federal nº 7.716/1989 (racismo).

#### Abastecimento interrompido

A concessionária Águas do Imperador divulgou um informativo alertando os moradores sobre o abastecimento de água no bairro Glória, que será interrompido nesta quarta-feira (26). Segundo a empresa, a interrupção será realizada das 8h às 14h, para uma inter-

venção na rede de distribuição da localidade. A concessionária orienta que os moradores façam o uso consciente da água durante esse período. O abastecimento será retomado gradativamente ainda nesta quarta-feira (26), após a realização do serviço.

# Audiência discute atraso no pagamento de servidores

Prefeitura apresenta cronograma de pagamento até janeiro de 2026

Gabriel Rattes/CM

Por Gabriel Rattes

A Justiça realizou, nesta terça-feira (25), uma audiência para discutir o atraso no pagamento dos salários dos servidores municipais de Petrópolis, incluindo ativos, aposentados e pensionistas. A reunião, realizada na 4ª Vara Cível de Petrópolis, contou com a presença do prefeito Hingo Hammes, secretários do governo, representantes sindicais e dirigentes de autarquias e empresas públicas. O juiz Jorge Luiz Martins Alves deixou claro que a audiência teve caráter de mediação, mas afirmou que não irá homologar nenhum acordo que contrarie a legislação, especialmente sobre o pagamento do 13º salário.

#### Quem esteve presente

Participaram da audiência o juiz Jorge Luiz Martins Alves, o prefeito Hingo Hammes, representantes do Sepe e do Sisepe, Rose Silveira e Juliana Machado, além de Hugo Gomes Ottati, do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação. Também estiveram presentes os secretários municipais Aloisio Barbosa (Saúde), Fábio Júnior (Fazenda) e Marcelo Chitão (Serviços, Ordem e Segurança Pública), além de Alex Christ, diretor do Inpas, Luciano Moreira, diretor da CPTrans, Fernanda Ferreira, presidente da Comdep, e Luiz Cruzick, presidente do Sehac.

#### Calendário

Durante a audiência, o prefeito Hingo Hammes informou que, após o decreto de calamidade financeira, o município estabeleceu o seguinte cronograma de pagamento para este fim de ano:

- Salário de novembro/2025: até o 5º dia útil de



Juiz Jorge Luiz Martins afirmou que não pode homologar o que é ilegal

dezembro

- Salário de dezembro/2025: até o 5º dia útil de janeiro de 2026
- 13º salário integral: até 23 de dezembro de 2025

Segundo o prefeito, o calendário vale também para servidores da Prefeitura, Serviço Social Autônomo do Hospital Alcides Carneiro (Sehac), Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep) e Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans).

Hingo afirmou que o compromisso é baseado na realidade financeira do município.

“Não é por vontade, mas pelas condições que temos hoje”, declarou.

**Sindicatos**

A representante do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), Rose Silveira, reconheceu a importância da audiência, mas criticou o calendário apresentado. Ela defendeu: prioridade no pagamento

para aposentados e pensionistas; pagamento dos inativos já em 28 de novembro; e retorno do pagamento no último dia útil a partir de janeiro de 2026

Rose também criticou o contrato de terceirização da Educação, que teria aumentado em cerca de R\$ 40 milhões, e defendeu a realização de processo seletivo e concurso público, em vez de terceirizações.

Já o advogado Hugo Gomes Ottati, do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, afirmou que várias garantias só ocorreram após decisões judiciais. “O calendário do 13º apresentado pela Prefeitura fere a legislação municipal, que determina primeira parcela até 30 de novembro e a segunda até 20 de dezembro”.

Segundo ele, pagamentos a aposentados só ocorreram nos outros meses após bloqueios judicialmente determinados.

**Sehac**

Durante a audiência, o juiz criticou a resposta do secretário

de Fazenda, Fábio Júnior, sobre o pagamento dos profissionais do Serviço Social Autônomo do Hospital Alcides Carneiro (Sehac). O presidente do Sehac, Luiz Cruzick, disse que depende dos repasses do Fundo Municipal de Saúde.

Já o secretário de Saúde, Aluisio Barbosa, informou que a conta principal de custeio da Saúde tinha cerca de R\$ 6,5 milhões e mais de R\$ 1,9 milhão em recursos MAC. No entanto, também foi informado que a folha do Sehac chegou a R\$ 8,5 milhões no último mês, ou seja, o valor em caixa ainda não cobre totalmente a folha.

**Juiz não homologa proposta**

No encerramento, o juiz Jorge Luiz Martins Alves foi direto. “Não recebo isso como proposta homologatória. Não posso chancelar o que é ilegal.”

Ele informou que a decisão será publicada por escrito e que irá oficiar as Secretarias Estaduais de Saúde e Fazenda.

# Reajuste do IPTU em Petrópolis é questionado por vereadora

Arquivo/TV Correio da Manhã



A matéria foi aprovada por nove votos a três

Por Redação

O projeto de reajuste de 5,17% do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em Petrópolis, aprovado em regime de urgência no último dia 18 de novembro pela Câmara de Vereadores, foi criticado pela vereadora Julia Casamasso, do PSOL. Um dos pontos principais apontados, é que no mesmo texto, foi autorizado à Secretaria de Fazenda definir o novo valor da Unidade Fiscal do Município – UFPE sem uma avaliação prévia do legislativo.

A matéria foi aprovada por nove votos a três, sendo registradas três ausências e o reajuste passa a vigora a partir de janeiro de 2026.

Além do reajuste do IPTU, com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado, o documento também atualizou o valor de todas as taxas municipais no mesmo percentual de 5,17%. O que, segundo a vereadora da oposição, foi uma falha importante, já que ao contrário de impostos, foi ignorado o fato de que as taxas municipais devem refletir o custo real do serviço público.

“Encaminharam um projeto de reajuste do IPTU com elementos que nos preocupam profundamente. Um aumento de 5,17% sem qualquer revisão da planta cadastral, sem atualiza-

ção do valor venal de mansões e sem a criação de mecanismos de progressividade representa apenas mais arrecadação às custas do trabalhador, sem promover justiça fiscal. Sem atualização da planta, muitas mansões seguem pagando apenas ITR ou valores irrisórios de IPTU. Esses privilégios precisam ser enfrentados, mas o atual governo insiste em perpetuar a lógica desigual que vigora há anos. Outro problema grave está na abrangência excessiva do Artigo 2º, que atualiza ‘todas as taxas municipais, sem exceção’ a partir do IPCA. Essa redação genérica ignora que taxas, ao contrário dos impostos, devem refletir o custo real do serviço público. E por último, cria-se um mecanismo para que

o Secretário de Fazenda defina o valor da UFPE, que é a moeda administrativa, sem passar pelo legislativo, o que afronta diretamente a Constituição”, apontou a vereadora.

O valor da UFPE, que serve de referência para calcular multas, tributos e taxas municipais, passou de R\$ 185,82 para R\$ 195,43.

Em relação às críticas, a Prefeitura de Petrópolis apontou que o reajuste de 5,17 por cento do IPTU aplica a variação do IPCA acumulada entre setembro de 2024 e outubro de 2025. A atualização é prevista em lei, integra obrigação do município e cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal. A não aplicação configuraria renúncia

fiscal. A correção das taxas municipais segue previsão normativa de atualização monetária, sem mudança de bases ou de serviços, garantindo apenas recomposição de valores. A definição da UFPE é ato vinculado previsto em legislação específica e não depende de deliberação do Legislativo, pois não cria nem modifica tributo. Um acórdão do Tribunal de Contas do Estado também confirma a necessidade de atualização periódica dos referenciais. O município cumpre determinações legais e assegura regularidade na gestão tributária.

- Votaram contra o reajuste do IPTU**
- Júlia Casamasso
  - Marquinhos Almeida
  - Professora Livia
- Votaram a favor**
- Octávio Sampaio
  - Domingos Protetor
  - Wesley
  - Júnior Coruja
  - Carlos Alberto
  - Dudu
  - Gil Magno
  - Thiago Damasceno
  - Thiago Guel
- Ausentes**
- Leonardo França
  - Júnior Paixão
  - Gilda Beatriz